

# EXPOSIÇÃO DO SECRETÁRIO DA FAZENDA...

(Conclusão da 1.ª pag.)

**"DEFICIT" FINANCEIRO**  
Somando-se ao "deficit" de exercícios anteriores, o "deficit" orçamentário previsto do presente exercício, chega-se ao "deficit" financeiro previsto do exercício de 1963 que atinge, portanto, à casa dos Cr\$ 1.396 bilhões. Este seria o "de-

ficit" financeiro em 31-12-66, supondo-se que a despesa programada se efetivasse na sua totalidade e que o nível de eficácia da arrecadação permanecesse como estava. Feita a exposição das duas primeiras partes, o professor Delfim Netto acentuou que realmente é grave a situação financeira do Estado, lembrando que o "deficit" de

1,4 trilhões representa, aproximadamente, a metade do meio circulante do País. Diante disso, frisou, o atual governo não poderia pretender, em apenas oito meses, conseguir a correção total desse desequilíbrio financeiro.

Acrescentou, entretanto, que, através do esforço concentrado de uma administração eficaz, poder-se-á reduzir substancialmente o montante desse "deficit". Nesse sentido, fez uma análise da receita para demonstrar que é possível obter resultados positivos com a melhoria da eficiência da máquina fiscalizadora; bem como da despesa, para concluir que também aí se pode obter economias capazes de auxiliar a redução do "deficit" financeiro do governo do Estado. Nestes dois esteios, que constituem as linhas básicas da estratégia financeira a ser adotada, revelou-se, exa. repousar suas esperanças de poder transferir a seu sucessor um quadro de obrigações menos desfavorável.

## ANÁLISE DA RECEITA

O Secretário ressaltou que o imposto de Vendas e Consignações constitui o principal componente da receita do Estado, participando com 95% do total da arrecadação do Tesouro. Por esse motivo foi realizado um estudo cuidadoso do comportamento da arrecadação correspondente a esse tributo, nos últimos 15 anos. A principal observação a que se chegou foi de que a arrecadação do IVC, nos últimos quatro anos, realizou-se a níveis relativamente inferiores, (12% abaixo da eficiência tradicional da máquina arrecadadora).

## ESTRATÉGIA FINANCEIRA

"Como o aumento da receita não poderá, nem deverá ser realizado pelo aumento de impostos", o governo já determinou algumas providências para melhorar a arrecadação.

Essas providências podem ser resumidas da seguinte forma:

- a) remanejamento de pessoal em postos administrativos, visando conduzir homens de experiência, capacidade e probidade;
  - b) análise do potencial de arrecadação de cada região na jurisdição de cada Delegacia Regional, visando a fixação de quotas adequadas;
  - c) introdução de métodos mais eficazes de fiscalização direta, visando à diminuição da sonegação.
- Com a aplicação conjunta dessas três ordens de medidas pode-se esperar, seguramente, uma volta aos níveis de eficiência da arrecadação existentes anteriormente a 1963. Com isso, se conseguiria uma arrecadação adicional relativa à previsão anteriormente apresentada, de Cr\$ 151 bilhões.

## ATUAÇÃO SOBRE A DESPESA

Os resultados a serem obtidos com uma melhoria do aparelho arrecadador são, a curto prazo, sensivelmente inferiores às necessidades do Tesouro, de tal sorte que é indispensável ser posto em prática um conjunto de medidas que visem:

- 1 — redução dos compromissos do Estado, através de contenção de despesas que não sejam absolutamente indispensáveis ao atendimento, ainda que precário, das suas necessidades mínimas;
- 2 — reescalonamento dos compromissos já assumidos pelo governo, a fim de que se reduzam os desembolsos do Tesouro no segundo semestre do corrente ano;
- 3 — reexame dos programas em execução para que se obtenha, através de critérios prioritários, o atendimento, ainda que parcial, dos objetivos iniciais sem prejuízo do desembolso mínimo do Tesouro no período;

4 — levantamento dos créditos das unidades estatais e paraestatais junto a órgãos do governo federal, visando o seu recebimento imediato como forma de colaboração do governo da República a S. Paulo;

5 — utilização de recursos da rede bancária privada, como financiamento a fornecedores diretos do Estado;

6 — reescalonamento dos créditos de fornecedores, através de promissórias do Tesouro;

7 — finalmente, deverá ser equacionada uma forma que possibilite ao governo realizar aquelas despesas imprescindíveis, mas cujos pagamentos possam ser feitos em exercícios futuros mediante entendimento prévio com os fornecedores.

## CONTINUIDADE DO DESENVOLVIMENTO

Destacou o Secretário a preocupação do Governo do Estado em não diminuir o ritmo de certas obras consideradas prioritárias para a continuidade do processo de desenvolvimento. Nesse sentido citou algumas obras, tais como, estradas menos urgentes, cuja extensão do cronograma de obras possibilitaria a transferência de recursos para obras, tais como algumas usinas hidroelétricas, cuja data de entrada em operação não pode ser postergada, sem criar sérios embaraços ao processo de desenvolvimento.

## RESULTADO FINAL PREVISTO

Com a adoção dessas medidas pode-se prever uma redução da despesa da ordem de Cr\$ 300 bilhões e um aumento de recursos em torno de Cr\$ 351 bilhões, reduzindo-se, portanto, o "deficit" financeiro do corrente exercício para Cr\$ 745 bilhões, ou seja, aproximadamente a metade do "deficit" previsto atualmente.

## BANCO DO ESTADO

Analisando a situação do Banco do Estado, afirmou o sr. Secretário que este estabelecimento, em termos relativos, teve substancialmente reduzidos os seus depósitos e as suas aplicações nos últimos anos. No entanto, face as providências que foram imediatamente tomadas, pela atual direção daquele estabelecimento, já se verifica uma melhoria do volume de transações, indicando que, possivelmente, em pouco tempo, o Banco do Estado estará funcionando em condições muito mais favoráveis.

# PLANEJAMENTO GLOBAL DOS...

(Conclusão da 1.ª pag.)

hidricos de uma região normalmente ofereçam.

Pelo contrário, esta solução deve resultar de um planejamento global e de um efetivo e perfeito entrosamento entre os órgãos públicos interessados, de modo a se assegurar, tanto quanto possível, o máximo aproveitamento de tais recursos, em benefício das coletividades.

Acredito não ser esta a oportunidade para me alongar na análise deste importante tema. Ao examiná-lo superficialmente, quis apenas destacar o meu firme propósito de, na direção do DAE, procurar enquadrar as soluções dos problemas sanitários da área metropolitana de São Paulo, dentro do planejamento global a que me referi. Para levar a bom termo minha missão confio que hoje, como no passado, receberei ampla colaboração de todos os dedicados servidores do DAE.

A Vossa Excelência, senhor Secretário, Lucio Pizzotti, a segurança de dedicar todo meu empenho

## IMPRENSA OFICIAL

DO ESTADO  
DIÁRIO OFICIAL  
R DA GLÓRIA, 358  
SAO PAULO

Diretor: Wanduyck Freitas  
Gerente: Gabriel Greco  
Diretor de Redação Substituto: Albino Guimarães Amaral

## Telefones

Diretoria	36-2539
Gerência	36-2752
Contadoria	36-2764
Expediente	36-7931
Seção do Pessoal	36-6183
Redação	34-5810
Tesouraria, Publicações	36-2684
Revisão, Impressão e Manutenção	36-6184
Material	36-2587
Assinaturas e Arquivo	36-2724
Oficina do Jornal	36-2552
Oficina de Obras	36-2598

## Assinaturas

## DIÁRIO DO EXECUTIVO

### DIÁRIO DE INEDITORIAIS

Anual ..... 10.000

Semestral ..... 5.000

### DIÁRIO DA JUSTIÇA

Anual ..... 8.000

Semestral ..... 4.000

Para a compra de impressos em geral, coleções de leis e decretos, folhetos, separatas, jornais atrasados, etc., e para consulta de coleções de jornais:

RUA DA GLÓRIA, 346

## Relações Públicas

### da SSP

Por ato do Secretário da Segurança Pública, general João Paulo da Rocha Frago, o delegado Cyro Braga, foi designado para chefiar o Setor de Relações Públicas de seu gabinete, com sede no Palácio da Polícia, à rua Brigadeiro Tobias, 527, 15.º andar.

# NOMES INDICADOS PARA O INSTITUTO DO CAFÉ

Através de mensagem que enviou à Assembléia Legislativa, o governador Laudo Natel solicita aprovação para os nomes dos dirigentes do Instituto do Café do Estado de São Paulo. Para a presidência da novel autarquia, é apontado o sr. Luiz Gonzaga Muret, atual diretor do IBC; para a vice-presidência o sr. Luiz Campos Aranha; para o Conselho Administrativo os srs. Djalma Varella Martins, representando a Secretaria da Fazenda; Rubens de Araujo Dias, representando a Secretaria da Agricultura; João de Almeida Sampaio, José Rubens Bartolomei e Salvador de Toledo Artigas, representantes da lavoura.

# NOVOS DIRIGENTES DO IPESP E DAE

O governador Laudo Natel enviou mensagem à Assembléia Legislativa solicitando referendo para os nomes dos novos dirigentes do IPESP — Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, e do DAE — Departamento de Águas e Energia Elétrica. Para o IPESP, o chefe do Executivo indica, como presidente, o sr. Joaquim de Mello Palhares Filho, e para diretores os srs. Thalma de Oliveira, Lúcio Astolfo Novaes de Araujo, ten. cel. Geraldo Martins e Jamil Zantut. Para diretor-geral do DAE, o nome indicado é o do eng. Mário João Nigro.

## PRESIDENTE DO IPESP

O sr. Joaquim de Mello Palhares Filho é bacharel em direito, formado pela turma de 1940 da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, e procurador de 1.ª categoria do IPASE (aposentado).

Várias vezes exerceu o cargo de Procurador-Chefe, no IPASE, na Administração Central (Rio).

Exerceu, na Administração Central do IPESP, no Rio, os cargos de: Chefe das Divisões Imobiliárias, de Empréstimos, estas do Departamento de Aplicação de Capital, e do Serviço de Comunicações dos Serviços Gerais de Administração. Foi chefe de Gabinete do Diretor do Departamento de Aplicação de Capital do IPASE, na Administração Central (Rio), fazendo as vezes de Diretor.

No Governo do Marechal Eurico Gaspar Dutra foi convocado para prestar colaboração no IAPC, tendo inicialmente exercido o cargo de Chefe do Serviço de Abastecimento, com as vantagens de Diretor, e, posteriormente, Chefe da Divisão Imobiliária, órgãos estes do Departamento de Aplicações de Fundos, na Administração Central do IAPC, no Rio.

Foi membro da Comissão Federal de Reformulação da Legislação de Consignações, em decorrência da Lei de Usura, e Presidente de várias Comissões de Inquérito e de Inspeções no IPASE.

É atualmente Delegado do IPASE no Estado de São Paulo.

## DIRETOR DO DAE

O sr. Mário João Nigro, indicado pelo governador para a direção geral do Departamento de Águas e Energia Elétrica, é engenheiro civil formado em 1933 pela Escola de São Paulo. Foi então auxiliar da Cia. Campesina de Tracção e Luz e Força e, em seguida, nas seguintes atividades: eletricidade, água, telefones elétricos e ramal férreo 34 a 1935. Participou do mso Ferroviário em 1935, alheiro responsável pelo (geração, transmissão e distribuição) da Empresa de Eletricidade Araraquara e associadas, 3 municípios e vilas do Estado nos anos de 1936 e 37. Exerceu a superintendência da Cia. Paulista de Força e Luz (Divisão de Campinas), com serviços em 38 cidades e vilas, ramal férreo, bondes de Campinas e Piracicaba, nos

anos de 1940 e 1945. Foi diretor da Associação de Engenheiros de Campinas em 1942 e 43, gerente do Departamento Westinghouse da Companhia em 1945 e 46, tendo participado dos estudos da primeira linha de tróleibus que se constituiu no Brasil, na Capital paulista. Formado em engenharia de eletricidade na Escola Nacional de Engenheiros; em 1944, efetuou inúmeras viagens aos Estados Unidos, Canadá e Europa, onde estudou os sistemas de transportes coletivos nas cidades de Cleveland, Chicago, Nova York, Washington, Montreal, Quebec, Londres, Paris, Munchen, Estocolmo, Milão, Roma e Nápoles. No ano de 1964 foi fundador da Divisão de Circulação e Transportes do Instituto de Engenharia de São Paulo, da qual veio a ser diretor.

Tomou parte no I Congresso de Trânsito da Cidade de São Paulo do qual foi secretário geral, no ano de 1949. Em 1950 foi convidado pelo engenheiro João Kubstishek de Figueiredo para estudos e implantação da primeira linha de ônibus elétricos na cidade de Belo Horizonte, a qual foi inaugurada em 30 de maio de 1953, na gestão Américo Rene Gianetti.

Em 1953 apresentou o plano geral de remodelação dos transportes coletivos da cidade de Porto Alegre, parcialmente executado, sob sua responsabilidade técnica. Em 1954 apresentou um projeto de um sistema de tróleibus para a cidade de Recife, totalmente executado sob a sua responsabilidade técnica. Em junho de 1955 apresentou um plano geral do sistema de ônibus elétricos para a cidade de Belo Horizonte, que foi aprovado em dezembro de 55 e transformado em projeto final (em execução).

Professor contratado da Escola de Engenharia Mackenzie, da Universidade Mackenzie de São Paulo, para reger a Cadeira de Tracção Elétrica nos anos de 1956, 1957 e 1958.

Membro titular da Associação dos Engenheiros de Santos, Sociedade Mineira de Engenharia, Instituto de Engenharia de São Paulo e Clube de Engenharia do Rio de Janeiro. Conselheiro do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da 6.ª Região — São Paulo e Mato Grosso, durante os anos de 50 e 51.

Membro do Conselho Diretor do Instituto de Engenharia de São Paulo, durante os anos de 1949 e 1950. Conselheiro da Associação dos Antigos Alunos do Mackenzie, nos anos de 1962-1963-1964-1965 até fevereiro de 1966.

Vice-presidente da Associação Brasileira de Engenheiros Eletricistas, Seção de São Paulo, de junho de 1958 a junho de 1959. Diretor de Tróleibus Vilares S/A., nos anos de 1956, 1957 e 1958. Diretor-Superintendente da Companhia Municipal de Transportes Coletivos de 26 de setembro de 1961 a 8 de março de 1963, na Administração Prestes Maia.

Membro da União Internacional dos Transportes Públicos, com sede em Bruxelas, Bélgica.

# ATOS LEGISLATIVOS

LEI N.º 9.455, DE 28 DE JUNHO DE 1966.

**Autoriza o Poder Executivo a adquirir os "video-tapes" ou "kinescopes" de todos os jogos do Campeonato Mundial de Futebol, e das outras providências.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, pelo preço de Cr\$ 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), da Associação das Emissoras de São Paulo e da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, os "video tapes" ou "kinescopes" de todos os jogos relativos ao Campeonato Mundial de Futebol, a se realizarem na Inglaterra, bem como das partidas que a seleção brasileira disputar na Europa, antes daquele Campeonato, com direito exclusivo de sua exibição em território nacional.

Artigo 2.º — Os "video tapes" ou "kinescopes" adquiridos serão de propriedade do Estado e ficarão sob a guarda da Secretaria do Governo que, mediante convênio com as entidades aludidas no artigo anterior, os cederá às Emissoras Nacionais de Televisão, que poderão promover, dentro e fora do Estado, as medidas necessárias para proporcionar patrocinadores das exibições, devendo o produto das transações ser recolhido aos cofres do Estado.

Parágrafo único — A exibição dos "video tapes" ou "kinescopes", de que trata este artigo, será livre de quaisquer despesas para o Estado.

Artigo 3.º — Para atender às despesas com a execução desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, na Secretaria da Fazenda, à Secretaria

ria do Governo, um crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros).

Parágrafo único — O valor do presente crédito será coberto com os recursos provenientes da redução, em igual quantia, da dotação consignada sob o Código Local n. 185-4.3.5.2-09-3420-2 — Para Inversões Financeiras — 3, do Orçamento.

Artigo 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, 28 de junho de 1966.

LAUDO NATEL

Antonio Delfim Netto

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 28 de junho de 1966.

Miguel Sansigolo, Diretor Geral, Substituto

LEI N.º 9.454, DE 22 DE JUNHO DE 1966

## Retificação

### Na ementa:

Onde se lê: Revoga o artigo 1.º da Lei n.º 3547, de 28.10.56, com a nova redação que lhe conferiu a Lei n.º 5237, de 15.1.59.

Leia-se: Revoga o disposto na Lei n.º 3547, de 28.10.56, com a nova redação que lhe conferiu a Lei n.º 5237, de 15.1.59.